ÉMILE BOTTIGELLI

A GÉNESE
DO SOCIALISMO CIENTÍFICO

Copyright

Éditions Sociales, Paris, 1967

Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1971

Para a língua portuguesa

Por inadvertência, o nome do autor que encabeça as páginas pares saiu com um engano. Assim, onde se lê «Bottizelli» deverá ler-se «Bottigelli». Do facto pedimos as maiores desculpas aos nossos leitores.

1971
EDITORIAL ESTAMPA
LISBOA

TÍTULO DO ORIGINAL
GENÈSE DU SOCIALISME SCIENTIFIQUE

TRADUÇÃO
DE
MÁRIO DE CARVALHO

ARRANJO GRÁFICO
DE
ALDA ROSA

ÍNDICE

PREFACIO	...	11
INTRODUÇÃO	...	13
CAPÍTULO I	— O socialismo utópico em França e em Inglaterra	17
CAPÍTULO II	— A Alemanha antes da revolução de 1848	29
I	— Dados históricos e políticos	29
II	— Estruturas económicas e sociais	35
CAPÍTULO III	— O fim da filosofia clássica alemã	47
CAPÍTULO IV	— A aprendizagem filosófica de Karl Marx	61
I	— Os anos de estudo	61
II	— A tese de doutoramento	68
CAPÍTULO V	— A aprendizagem política. A «Gazeta Renana»	73
CAPÍTULO VI	— Da democracia ao comunismo	87
I	— A «Crítica da Filosofia do Direito de Hegel»	87
II	— Os Anais Franco-Alemães	97

CAPÍTULO VII	— Friedrich Engels	117
CAPÍTULO VIII	— Os «Manuscritos de 1844»	131
CAPÍTULO IX	— «A Santa Família»	145
CAPÍTULO X	— A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. As «Teses sobre Feuerbach»	159
CAPÍTULO XI	— «A Ideologia Alemã»	171
I	— Bases do Materialismo Histórico	174
II	— A significação de «A Ideologia Alemã»	188
CAPÍTULO XII	— Para uma política do proletariado	205
CAPÍTULO XIII	— O Anti-Proudhon	219
CAPÍTULO XIV	— O «Manifesto Comunista»	235
CONCLUSÃO		257
NOTA BIBLIOGRÁFICA		261
NOTAS		263

O socialismo teórico, tal como se formou agora, mais entre os Alemães do que pròpriamente na Alemanha teve, pois, que importar todos os seus materiais.

Friedrich Engels

objectivos cuja sucessão é regulada não pelo querer dos homens, mas pela lei interna do desenvolvimento histórico.

Na realidade, examinámos tão-só alguns pontos deste texto de Engels que é extremamente rico e cuja análise exaustiva justificaria um texto especial. Mas podem, desde já, sublinhar-se alguns dos aspectos deste trabalho que Marx qualificou de esboço genial.

Por vias diferentes das de Marx, Engels chegava a conclusões muito próximas das deste. A ideia de que a chave da sociedade civil se encontrava na economia, havia sido concretizada por Engels ao analisar uma realidade que lhe era familiar, mas de que soube ver a contextura geral. Os resultados a que chegou traziam já elementos positivos que hão-de ser os dados básicos do materialismo histórico. Pode dizer-se que é Engels, pelo seu estudo da economia política, que faz a viragem decisiva.

Marx que, em 1844, realça os méritos deste artigo, bem o pressentiu. Mas, também, tirou daí conclusões práticas, e foi, provavelmente, depois da leitura deste *Esboço* que Marx iniciou os seus estudos de economia política. Bem sabemos onde eles o vão conduzir. Mas também não será infundado pensarmos que esta orientação nova, que se revelará tão fecunda, foi Engels quem a promoveu.

CAPÍTULO VIII

OS «MANUSCRITOS DE 1844»

Na altura em que são publicados os *Anais Franco-Alemães*, Marx põe-se a ler livros de economia política. O caderno de notas em que se encontram os primeiros extractos que retira de J. B. Say, de Ricardo, Skarbek, Adam Smith, James Mill, etc., inicia-se precisamente com um resumo do artigo de Engels. Não temos provas materiais de que o artigo tenha incitado Marx a estas investigações. Mas de qualquer maneira, a coincidência é impressionante, e, dada a importância que Marx sempre atribuiu ao estudo de Engels que ainda em 1859 qualificava de genial, é legítimo pensarmos que foi ele a despertar a atenção de Marx para a economia política. É sabido qual a orientação decisiva que resultará deste estudo e quais as descobertas fundamentais que Marx lhe ficará a dever.

Como era seu hábito, Marx resumia no seu caderno de notas as obras que lia, copiando, às vezes, parágrafos inteiros. De quando em quando, insere nestes extractos anotações pessoais, que se vão tornando mais numerosas e extensas à medida que avança nas suas leituras. Elas têm o interesse de nos transmitir a reacção imediata de Marx, mas permitem também ver, de maneira mais precisa, como é que Marx se referiu à economia política.

A primeira anotação de Marx é bem característica.

«A *propriedade privada* é um facto cuja justificação em nada respeita à economia política, mas que constitui, entretanto, o seu fundamento. Não há *riquezas* sem propriedade privada, e a economia política é, por essência, a *ciência do enriquecimento*. Não há, pois, economia política sem propriedade privada. Toda a economia política repousa, assim, sobre um facto destituído de necessidade (57).»

É como filósofo que Marx se refere à economia política. Em primeiro lugar, interroga-a a respeito da sua base, a propriedade privada. Ora esta base é, de algum modo, exterior à ciência que fundamenta, pois esta não se preocupa com a sua justificação, tomando-a como assento. Repousa, pois, sobre um facto que não está fundado na razão, sobre um facto destituído de necessidade.

É ainda o humanista inspirado em Feuerbach quem trata o domínio da economia política, ciência da actividade produtiva do homem. Ora para essa ciência, o homem não existe, ou melhor, existe apenas em função do rendimento líquido, com as mesmas funções de uma máquina. O homem não é um fim em si, mas apenas um meio, e Marx poderá escrever:

«Os sentimentos humanos situam-se *fora* da economia política, e a ausência de humanidade é *nela* que se situa (58).»

A sua crítica parte, pois, de um ponto de vista muito semelhante ao que Engels tinha adoptado.

Mas vemos que se precisa um pouco a concepção que Marx tem do homem. Ele é essencialmente um ser social que deve encontrar o seu esparecimento e a sua razão de ser na comunidade humana, nascida da necessidade e do egoísmo dos indivíduos. Esta surge, actualmente, como a alienação da comunidade porque é produzida por homens alienados, mas deve transformar-se em sociedade verdadeira logo que os seres humanos sejam homens verdadeiros, no sentido do humanismo. A sociedade é, portanto, o produto específico da actividade do homem e a alienação que caracteriza a sociedade actual é produto da actividade do homem. Não é, portanto, inerente à essência do homem, como Feuerbach pensava, mas tem uma origem no tempo e está ligada à actividade humana específica.

Antes da aparição da troca, o trabalho era uma manifestação directa da natureza do homem e o produto não passava de uma exteriorização da sua personalidade. A produção era, ao mesmo tempo, a apropriação do mundo exterior e a objectivação da necessidade imediata. Mas a partir do momento em que o homem começa a troca (que é uma actividade especificamente social) o seu produto transforma-se em mercadoria, torna-se-lhe estranho, e acaba por ser ele a regular as suas relações com os outros homens. Ao mesmo tempo, o seu trabalho deixa de ser uma manifestação humana, uma exteriorização da sua persona-

lidade, para se tornar numa actividade que tem como fito o lucro. Assim se transforma em trabalho abstracto, torna-se no trabalho como actividade subordinada às necessidades, tal como as encara a economia política.

Marx definiu, portanto, aqui, com muita exactidão, a origem da alienação: esta nasce directamente da actividade própria do homem, mas supõe um certo desenvolvimento da sociedade para se realizar. A interacção dialéctica entre o indivíduo e a comunidade leva a actividade humana a tomar esta forma. A medida que o homem vai vendo o seu produto tomar uma existência independente, e, pouco a pouco, hostil, empobrece-se tanto mais quanto mais rico esse produto for e, tornado estranho em relação a si próprio, acaba por ser prisioneiro do mundo de coisas que criou e que agem até sobre o seu comportamento social, isto é, humano.

Vemos assim esboçar-se nestas notas toda uma análise da alienação. Análise que parte, é certo, da economia, da actividade produtiva, mas que permanece essencialmente filosófica pela preocupação que Marx tem, de a basear numa análise rigorosa das suas manifestações. Estamos já bem longe do conceito abstracto legado por Hegel e Feuerbach mas a preocupação principal está ainda em fundamentar a sua necessidade através de uma dedução filosófica.

*

* *

Foi muito provavelmente entre Março e Abril de 1844 que Marx se empenhou em tirar as primeiras conclusões destes estudos económicos, num texto inacabado e incompleto, a que os editores (o texto só veio a ser publicado em 1932) deram o título de *Economia Política e Filosofia*. Após a sua descoberta, este texto deu lugar a múltiplas interpretações e controvérsias. Com efeito, é tentador atribuir-se um sentido desejado a um escrito, por vezes cheio de obscuridades, cujas lacunas deixam campo aos complementos dos intérpretes. O alto conteúdo filosófico dos *Manuscritos de 1844*, a presença de algumas ideias novas e fecundas fizeram que alguns neles quisessem ver a quinta-essência do pensamento de Marx e, em consequência, interpretassem o conjunto da sua obra como o simples prolongamento destas meditações. Outros, ao contrário, recusando-se a conduzir a obra científica e política de Marx a um fundo puramente filosófico, não quiseram ver aquilo que nestes textos continha uma promessa de futuro.

Não entraremos no pormenor destas polémicas. Contentar-nos-emos com as duas seguintes observações:

A forma em que os *Manuscritos* nos chegaram mostra que nunca foram objecto de uma elaboração definitiva. Se parece que, durante algum tempo, Marx fez tenção de publicá-los, já não parece que a fase das intenções tenha sido alguma vez ultrapassada. Tal como estão, teriam de ser, em grande parte, escritos de novo para serem apresentados ao público, já que Marx muitas vezes se contentou com anotar rapidamente os desenvolvimentos a fazer, ou ideias que tencionava retomar mais tarde. Outros trabalhos que lhe pareceram mais urgentes solicitaram a sua atenção e, terminados estes, Marx não voltou aos seus manuscritos. É, pois, muito provável que Marx os tenha considerado superados, e, efectivamente, pode pensar-se que depois de, em 1846, ter formulado as novas bases do seu pensamento, o materialismo histórico, não estava interessado em publicar um texto que teria de refundir por completo, para adaptá-lo às suas novas concepções.

Este texto, por mais rico que seja, não passa de um momento no desenvolvimento do pensamento de Marx, e é difícil dele fazer, com honestidade, a última palavra da sua filosofia.

Os *Manuscritos de 1844* não deixam de revestir-se de um grande interesse, e precisamente porque representam uma fase de evolução. Aí veremos aparecer uma série de ideias novas, nomeadamente a noção fulcral de trabalho alienado. Outras ideias já expostas, por exemplo, nos artigos dos *Anais Franco-Alemães* são aí desenvolvidas e aprofundadas. Este texto apresenta um real interesse para quem queira demarcar exactamente o desenvolvimento do pensamento de Marx. É, portanto, errado ignorá-los ou rejeitá-los em bloco. Os *Manuscritos* são um testemunho notável de um pensamento que se procura e que como tal comporta toda a espécie de elementos caducos e de elementos que hão-de revelar-se fecundos. Integram-se perfeitamente na obra de Marx e pode até dizer-se que constituem nela um elo indispensável.

* * *

O próprio assunto dos *Manuscritos de 1844*, a atenção com que Marx, pela primeira vez, se debruça sobre os fenómenos da produção, impõem uma análise precisa deste primeiro encontro de Marx com a economia política. Tomando em conta tudo aquilo que o estudo e a crítica

desta ciência trarão à elaboração do marxismo, é necessário ter-se uma ideia exacta das condições em que Marx trata este novo domínio.

O que impressiona, à primeira vista, e tanto mais que as noções básicas do *Capital* se tornaram mais ou menos familiares, é que Marx aceita ainda tais quais as categorias da economia política clássica, com as determinações que Adam Smith ou Ricardo, por exemplo, descobriram. No primeiro manuscrito há tão-só uma elaboração de notas de que já falámos mais atrás. Marx estuda sucessiva e paralelamente os conceitos de Trabalho, de Capital e de Renda agrária. Já não se atém, simplesmente, às categorias do comércio como Engels no seu *Esboço* e eleva-se desde o início, a um nível mais abstracto e mais geral. Mas apega-se às noções clássicas e não põe em causa os resultados adquiridos pela economia política.

O que põe em causa, em contrapartida, é o próprio método desta ciência. E contesta-a, ao colocar-se num ponto de vista que é agora definitivo para si: o ponto de vista da sua concepção do homem e do papel atribuído ao proletariado de instaurar com o comunismo a verdadeira sociedade humana.

Ciência da actividade especificamente humana, da produção, a economia política não reserva qualquer lugar ao homem, que não é considerado como a própria origem da produção mas como o seu instrumento. Ela é a ciência do enriquecimento e o capitalismo produz o proletariado que é a negação do homem e é encarnação da miséria. A posição de Marx é, neste passo, muito semelhante à de Engels, mas, curiosamente, ultrapassa-a já. Com efeito, Marx não se contenta com denunciar o carácter inumano da economia política, mas pede-lhe que justifique os seus próprios fundamentos. Ora é isso que ela não faz.

Como ciência, a economia política exprime as leis iminentes à propriedade privada, e surge no momento em que esta atingiu, com o capitalismo, um elevado nível de desenvolvimento. A economia é a propriedade privada que toma consciência de si, e que só pôde fazê-lo porque as condições que comportava amadureceram e aparecem agora como tais. O fundamento da economia política, a propriedade privada, é aceite tal como é, sem que esta ciência se interrogue sobre ela, as suas origens, a sua necessidade. Mais ainda a economia política encara a propriedade privada como uma verdade eterna. Exclui, assim, a perspectiva histórica.

O mesmo acontece com o trabalho, em que a economia

política reconhece a fonte das riquezas. Mas de que trabalho se trata? Do que é efectuado para assegurar um lucro, do que não é já a manifestada personalidade humana, mas a expressão da sua alienação. Neste caso, e mais uma vez, o trabalho é aceite na sua forma actual e essencialmente na forma do trabalho assalariado, sem que a economia política se preocupe com o seu enquadramento numa perspectiva histórica. No fim de contas, é a própria existência da economia política como ciência que Marx contesta, mesmo se dela aceita os conceitos e o vocabulário. A economia política não desce à raiz das coisas (e não esqueçamos que, para Marx, a raiz da actividade humana é o homem), não é, neste sentido, uma verdadeira ciência. Contenta-se com a descrição dos aspectos da actividade produtiva do homem tais como aparecem à superfície. Não passa de uma fenomenologia.

Estas questões que a economia política não coloca sobre os seus próprios fundamentos vai Marx pô-las e a respeito de dois pontos precisos: o trabalho e a propriedade privada.

Originariamente, o trabalho tem um duplo carácter. Ele representa a apropriação da natureza, o seu objectivo é a satisfação de uma necessidade, é a manifestação da vida específica do homem, o que o distingue do animal, a expressão própria do humano. Apesar deste duplo carácter ele é uma unidade, o seu objectivo e a sua existência coincidem. O produto do trabalho, criação do homem, é o prolongamento da sua personalidade, é o homem objectivado, o seu corpo não orgânico.

Mas o homem vive em sociedade e o seu produto, ao deixar de ser num dado momento a satisfação das necessidades, transforma-se em mercadoria, susceptível de troca contra o produto de outro homem. E à medida que a troca se torna regra na sociedade, os produtos passam a regular as relações dos homens entre si.

São então as relações entre as coisas, entre os produtos, que regulam a vida social, e o trabalho muda de carácter. Em vez de ser a manifestação da necessidade de actividade, torna-se numa actividade para a satisfação de uma necessidade. O seu objectivo e a sua existência deixam de coincidir. O trabalho está subordinado ao seu fim, e, em certo limite, transforma-se numa actividade com vista a um ganho, única determinação que a economia política lhe admite.

Por outro lado, quando a economia política se refere ao trabalho, apenas toma em consideração, na realidade, o aspecto a que Marx chama trabalho alienado, quer dizer,

aquele em que perdeu a sua significação puramente humana para se tornar na actividade em que o homem se sente menos livre, na actividade que lhe é imposta para a satisfação das suas necessidades. A este nível de desenvolvimento, o trabalho é um encargo, uma dura necessidade a que o homem deve submeter-se para viver, fora de si, a sua vida real e verdadeira. Este trabalho alienado é a forma do trabalho na época do capitalismo que se encarna no trabalho do operário.

Ao desvendar este conceito, Marx criticava uma das bases fundamentais da economia política que vê no trabalho a fonte da riqueza, mas que, por não ter elucidado a natureza dessa base, é, afinal, a ciência de um mundo alienado e, portanto, de um mundo estranho ao homem, o que contradiz a sua própria natureza de ciência, de actividade humana científica. Mas a crítica de Marx visava ainda mais longe.

A origem do trabalho alienado está na natureza contraditória do próprio trabalho que é, a um tempo, manifestação de actividade criadora e produtor de objectos que acabam por tornar-se estranhos ao seu criador e por opor-se a este. A prática humana — a vida em sociedade — desenvolve esta contradição, acentua a separação entre o produtor e o seu produto. Transforma o trabalho de actividade necessária, de manifestação espontânea das forças essenciais do homem, numa actividade contingente, fortuita, e, não raro, alienatória. Para o operário, a possibilidade de se manifestar como produtor depende do proprietário das matérias-primas e dos instrumentos de produção, da concorrência em relação aos restantes operários, etc. Os aspectos negativos da sociedade capitalista encontram, pois, a sua origem no próprio carácter do trabalho, a alienação geral encontra-a no trabalho alienado.

Tratava-se, do ponto de vista filosófico, de uma dedução perfeitamente satisfatória, e a opinião de Marx é tão sedutora que, para muitos, representa o fundamento do marxismo. É, no entanto, um dos pontos que Marx abandonará mais tarde, quando tiver dado ao seu pensamento um fundamento verdadeiramente científico. O que fica dito não impede, porém, que esse esforço tenha a vantagem de localizar a origem da alienação não já numa espécie de maldição imanente ao destino do homem, mas na sua própria actividade, na interacção entre essa actividade e o conjunto social que é o seu quadro necessário.

A dialéctica tipicamente hegeliana de Marx trazia, assim, outros resultados positivos. O desenvolvimento das contra-

dições inerentes à própria essência do trabalho, essa passagem ao dualismo que encontra a sua mais forte expressão na oposição capital-trabalho torna tanto mais necessário o regresso à unidade, a recuperação da alienação do trabalho. Esta «recuperação» é agora possível, pois o trabalho criou riquezas em número suficiente para que o homem, ao retomar a posse do mundo, se aproprie da sua própria natureza, mais rica com a multiplicidade das necessidades e dos objectos novos assim criados. A necessidade de supressão da propriedade e a necessidade do comunismo passa a ser fundamentada no próprio desenvolvimento da história, já não surge como uma simples exigência decorrente do humanismo de Feuerbach.

*

* *

O segundo pressuposto que a economia política aceita sem crítica é o da propriedade privada. Já vimos que a economia política era a teoria da propriedade, que expressava as suas leis e que só se conseguiu constituir como ciência porque a propriedade privada havia atingido o seu estágio de desenvolvimento actual. Por este facto, a economia política atribui à propriedade uma existência eterna sem necessidade de justificações. Ora Marx vai precisamente interrogá-la sobre a propriedade privada.

É preciso tomar em conta que, em 1844, Marx coloca ainda os problemas como filósofo, isto é, com a preocupação de que a questão que examina resista às provas do raciocínio coerente. Ainda não é o economista a falar, não é com base nos factos que põe em causa este pressuposto da economia. Mas o notável é que as conclusões a que Marx chega prefiguram as que serão resultado das suas indagações científicas.

No seu estudo do trabalho alienado, Marx havia partido da propriedade privada que exprimia precisamente a separação entre o trabalho e o objecto do trabalho. Quando estende a análise, chega à conclusão de que o trabalho alienado é a própria fonte da propriedade privada. No seu trabalho, o homem não cria tão-só a sua própria relação com o objecto do seu trabalho e com o acto de trabalhar. Cria, ainda, a relação de um homem que lhe é estranho e se encontra colocado fora dele, com esse trabalho.

«A propriedade privada é assim o produto, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação exterior do operário com a natureza e consigo próprio (59).»

Eis ainda uma conclusão sedutora de Marx, perfeitamente satisfatória para o espírito, mas em que a relação que engendrou a propriedade privada é apenas analisada na sua forma abstracta, sem se basear em factos históricos. É um conclusão que, de seguida, Marx abandonará totalmente.

Mas, ao contrário do que pensa a economia política, Marx funda nesta análise a origem da propriedade privada e, por conseguinte, o desenvolvimento desta. Ela é uma relação que vai evoluir, tomar formas cada vez mais elaboradas. A forma em que as contradições estalam, da maneira mais pura, é a propriedade privada capitalista. Ela não esconde já as relações sociais debaixo de vestimentas medievais. A exploração dos operários, a concorrência, a guerra de todos contra todos, estalam à luz do dia. A propriedade fundiária com as suas sequelas ideológicas feudais, era uma forma imperfeita, um estágio transitório da propriedade privada. É tinha que ser substituída por uma forma mais acabada, que realiza, cada vez melhor, a divisão da sociedade entre proprietários e não proprietários.

Marx volta, pois, a integrar a propriedade privada na história e diferencia os seus variados aspectos. Não teremos nós aqui um esboço do que virá a ser, um ano mais tarde, a noção do modo de produção? Falta, decerto, por ora, o estudo da infra-estrutura e a análise do nível das forças de produção. Mas, a partir de dados puramente filosóficos, baseados num raciocínio rigoroso, Marx isola já a ideia da sucessão necessária das formas de propriedade. Estabelece o quadro no qual se virão a ordenar os elementos que a reflexão científica lhe trará.

*

* *

Tendo a sociedade privada uma origem e uma evolução, deve necessariamente ter um fim. Marx fundamenta agora a sua abolição não já na reivindicação humanista da *Introdução à crítica da filosofia do direito*, mas na evolução dialéctica da própria propriedade privada. O desenrolar da

história obedece ainda em Marx à necessidade hegeliana, mas esta deixou de ser o desenvolvimento da Ideia. A dialéctica começa a ser o processo revolucionário que justifica o aparecimento do novo como superação e recuperação do antigo.

O novo é o comunismo, a abolição positiva da propriedade privada. O que significa esta abolição positiva, explica-o Marx criticando aquilo a que chama o comunismo igualitário, o de Dezamy, Cabet, ou Villegardelle. Partindo de uma crítica moral da propriedade privada, este não é mais, na realidade, do que a sua generalização. O comunismo igualitário pretende destruir tudo o que não seja possuído por todos como propriedade privada, quer estender a todos os homens a categoria de operário. Não concebe outra relação da comunidade com o mundo das coisas que não seja sob a forma da relação de propriedade privada. O comunismo político também não vale mais do que este, pois suprime o Estado mas mantém a alienação do homem. Ora, como Marx já disse, a verdadeira libertação do homem não é política, está na formação de uma sociedade verdadeiramente humana, quer dizer, donde tenha desaparecido a alienação.

E é isto que, para Marx, é o cerne do comunismo. E o regresso do homem à sua própria natureza, é aquilo a que Marx chama o naturalismo consumado, o mesmo é dizer, o humanismo. Há aqui, como é natural, um resíduo do pensamento de Feuerbach. Mas há um elemento novo. Feuerbach pensa o homem tão-só como indivíduo ou como homem genérico, isto é, como indivíduo que em si realiza a essência humana. Marx fala da reapropriação da natureza humana pelo homem e para o homem, mas, acrescenta, enquanto homem social. O conceito de sociedade está, daqui por diante, indissolúvelmente ligado ao conceito de homem, e isto assinala, em relação à abstracção de Feuerbach, uma certa superação. Pois Marx pensa agora a sociedade, não já como uma reunião ideal de seres humanos, mas como uma categoria histórica.

O comunismo passa a inscrever-se nesta história como um estádio necessário do desenvolvimento social. E Marx define-lhe muito bem a função e os limites:

«O comunismo é a forma necessária e o princípio energético do futuro próximo, mas não é, como tal, o fim do desenvolvimento humano — a forma da sociedade humana (60).»

*

* *

O homem, o humano, são termos que não temos deixado de encontrar depois que Feuerbach lançou as bases da sua antropologia. Quer isso dizer que a concepção de Marx não evoluiu e que, a este nível ele permanece num profundo acordo com Feuerbach?

A economia política salientou um aspecto concreto do homem: o homem como produtor. De facto, ela não soube revelar senão a sua alienação, isto é, o contrário do homem humano, a negação do homem. Mas, ao reflectir sobre a economia política, sobre a actividade concreta dos homens, Marx chegou a duas conclusões que dão ao seu humanismo um carácter novo.

A primeira é que o mundo tal como existe é uma criação humana. Mesmo se nos é estranho, se aí nos sentimos alienados, reflecte, em todo o caso, o esforço do homem para dele fazer a sua expressão, o prolongamento de si mesmo. O mundo, dirá Marx, é o corpo não orgânico do homem. Decerto, o homem efectuou esta criação nas condições da alienação, e a riqueza do mundo é-lhe oposta. Mas a noção da produção do mundo pelo homem não deixa por isso de ser fundamental, e assim como produziu estas riquezas materiais produziu, também, as outras esferas da sua alienação. E Marx escreve:

«A religião, a família, o Estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, etc., não passam de modos particulares da produção e estão sujeitos à sua lei geral (61).»

Assim, toma corpo a ideia de que a superestrutura ideológica das sociedades é um produto da actividade humana e obedece às leis da produção que, para Marx, são essencialmente históricas.

Eis-nos, pois, longe da concepção hegeliana do Estado e já no caminho do Estado administrador dos interesses da classe dominante que encontraremos no *Manifesto*.

A segunda das conclusões a que Marx chegou rompe com a concepção abstracta do homem de Feuerbach. A análise da alienação revelou que esta tinha revestido, no decorrer da história, formas e graus diferentes. Mostrou, nomeadamente que, quanto mais o homem empobrecia, se alienava, mais as suas criações objectivas eram ricas, diversificadas, feitas para responder a necessidades novas

e mais subtis. O homem, portanto, modificou-se no curso da história e se se modificou, foi graças ao seu trabalho. Marx pode assim retomar, mas no plano concreto, a ideia de Hegel de que o homem se produz a si próprio. E aqui roçamos pela verdadeira originalidade do pensamento de Marx. Não há natureza humana anterior ao homem e que este procuraria reencontrar como ideal. Produzindo-se a si próprio, o homem apenas pode produzir a sua própria verdade. É na história que ele verdadeiramente se cria.

A verdadeira natureza do homem, traduziu-se, na verdade, no mundo da riqueza que ele criou. A civilização é não só testemunha da infinita multiplicidade dos bens que os homens foram capazes de produzir, mas também da riqueza e da universalidade das necessidades humanas. O homem, produto da história, tem sentidos mais apurados, gostos mais diversificados do que o homem primitivo. A verdadeira natureza do homem foi construída pouco a pouco e Marx pode escrever: «A História é a verdadeira história natural do homem (62).»

É esta natureza, objectivada sob a forma das riquezas da civilização, que se impõe agora recuperar. Para tal, é preciso pôr fim à alienação e abolir positivamente a propriedade privada. O comunismo será a passagem da pré-história do homem à sua história verdadeira, isto é, humana. Tal é agora o sentido do humanismo de Marx.

*

* *

Os *Manuscritos de 1844* assinalam, pois, uma fase decisiva na evolução do pensamento de Marx. O encontro com a economia política, orientando-o para o domínio do concreto, da vida real, levou Marx a precisar as fórmulas que, como filósofo, tinha adiantado nos artigos dos *Anais*. Mas o seu ponto de vista precisou-se também. Notámos a importância que, agora, tomava para Marx o desenvolvimento histórico. O motor da história deixou de ser a Ideia hegeliana, mas sim a actividade própria dos homens, especialmente a sua actividade produtiva. Vemos serem esboçadas ideias muito importantes, como a do modo de produção e do lugar da ideologia na produção humana. Pouco a pouco, ao esquema abstracto hegeliano substituiu-se um esquema concreto, tirado da prática dos homens que vivem em sociedade. Do mesmo modo, o homem já não é pensado como uma

entidade mas como um produto da história em pleno processo de transformação. Perdeu a sua situação privilegiada de objecto, por excelência, da filosofia, para se integrar numa realidade histórica de que é um dos elementos: a sociedade. O comunismo já se não apresenta como um ideal moral a realizar, mas como um estágio necessário da história.

Todavia, seria incorrecto pensar-se que nos encontramos já no limiar do socialismo científico. Existem já, decerto, alguns germes de pensamento que não deixarão de se desenvolver em seguida. Mas — não é a primeira vez que o dizemos — Marx aceita ainda sem crítica os resultados da economia política. Os mecanismos da economia política terão de ser ainda submetidos a uma análise rigorosa antes que Marx descubra, por exemplo, a origem do lucro.

Sobretudo, os pressupostos do seu pensamento teórico são, eles próprios ainda excessivamente teóricos. É verdade que Marx utiliza ainda um vocabulário, o de Feuerbach, e um método de pensamento, o de Hegel, que já superou. Já não seria possível exprimir o pensamento de Marx aplicando-lhe as normas destes dois filósofos. Mas ele ainda não submeteu nem um nem outro a uma crítica fundamental. Marx terá de ajustar contas com a sua consciência filosófica passada. A isso, aliás, irá consagrar-se com *A Santa Família* e *A Ideologia Alemã*. Nascerá então, verdadeiramente, o materialismo histórico.